

A RELEVÂNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA PARA CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

*Daniela Borges de Souza¹
Eduarda da Costa Ferreira²*

RESUMO

O presente trabalho de graduação busca informar acerca da importância da atividade física para crianças com necessidades educacionais especiais, com enfoque nos alunos portadores da Síndrome de Down. A inclusão escolar no Brasil tem a cada dia enfrentado muitas dificuldades. Um de seus maiores desafios é proporcionar parceria com a educação de crianças que apresentam alguma necessidade especial e por isso precisam de um atendimento mais atencioso. A Educação Física é muito importante no processo de Inclusão Social para pessoas com Síndrome de Down, e um dos maiores desafios para os profissionais da Educação Física é facilitar o seu envolvimento. Os argumentos e discussões aqui feitos estabelecem um novo olhar em direção à inclusão e especialmente a atividade física para portadores da Síndrome de Down. A fim de discutir de maneira clara e objetiva sobre a importância da atividade física para crianças com Síndrome de Down e a sua inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: atividade física, Síndrome de Down, inclusão.

ABSTRACT

The present study aims to inform about the importance of physical activity for children with special educational needs, focusing on students with Down Syndrome. School inclusion in Brazil has faced many difficulties every day. One of their greatest challenges is to provide a partnership with the education of children who have a special need and therefore need more attentive care. Physical education is very important in the process of Social Inclusion for people with Down Syndrome, and one of the greatest challenges for Physical Education professionals is to facilitate their involvement. The arguments and discussions here will be to establish a new look towards inclusion and especially physical activity for Down Syndrome patients. In order to discuss clearly and objectively the importance of physical activity for children with Down Syndrome and its inclusion.

KEY WORDS: physical activity, Down Syndrome, inclusion.

¹ Graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade Capixaba da Serra Multivix - Serra/ES

² Graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade Capixaba da Serra Multivix - Serra/ES

1. INTRODUÇÃO:

Este artigo justifica-se pela necessidade de verificar a importância da atividade física para crianças com Síndrome de Down. Rigorosamente por isso, considera-se oportuna a abordagem do assunto, afinal, o estudo constitui-se numa contribuição para os educadores e pesquisadores na área educacional relacionada com as práticas da atividade física no contexto escolar e faz-se um eixo entre a inclusão e sua importante contribuição para as crianças com necessidades especiais.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar a relevância da prática de Educação Física no desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down. Especifica-se o que é síndrome de Down; quais os benefícios da Educação física para crianças portadoras da síndrome de Down e qual o papel da Educação física na inclusão escolar.

Sendo o espaço escolar um local privilegiado pela diversidade cultural, considera-se que a prática de atividade física na escola é de extrema pertinência para a inclusão, onde todos aprendem juntos. Fundamenta-se nesse cenário, o problema de pesquisa deste trabalho, exposto através da seguinte questão: Como a atividade de Educação Física pode favorecer o desenvolvimento de crianças com síndrome de Down?

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a revisão de literatura baseia-se em pesquisa bibliográfica sobre a temática, realizaram-se a partir de material já publicado, com ênfase nos livros, revistas e artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na internet, todos devidamente citados.

Neste contexto, esta pesquisa realiza reflexões e análises sobre a importância da atividade física para crianças com Síndrome de Down e o papel da escola para efetivar a inclusão das crianças com necessidades especiais na prática das atividades físicas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

No Brasil, a Educação física teve início no Período Imperial, por volta de 1824, com a chegada dos primeiros livros sobre a matéria. Em 1837, foi criado o Ginásio Nacional como uma instituição modelo, onde incluía a ginástica nos seus currículos, mas foi em 1851 que começou a Legislação referente à Educação Física, obrigando a prática da ginástica em todas as escolas primárias.

Segundo Dárido (2003, p.01), somente depois de três anos da aprovação da reforma do primário e do secundário, em 1854, a ginástica passou a ser uma disciplina obrigatória no primário e a dança no secundário. Para Oliveira (2004, p.24) o período Imperial, mesmo se esforçando para implantar a Educação Física nas escolas não conseguiu estímulos pedagógicos suficientes para os exercícios físicos.

A evolução da Educação Física, no Brasil, marcou-se historicamente pelas diversas teses da Faculdade de Medicina sobre o tema de Educação Física, e também a partir de 1858, através da obrigatoriedade dos exercícios físicos nas escolas militares, iniciando-se assim a evolução histórica da educação física brasileira. Ainda de acordo com Oliveira (2004, p.25), os intelectuais do Brasil já demonstravam-se preocupados com a Educação Física. E foi através de Ruy Barbosa que houve a maior manifestação (1882) já publicada naquela época, em que seus pareceres resultaram num pequeno tratado sobre a Educação Física, baseando-se nas recomendações de Ruy Barbosa; Oliveira (2004, p.25) cita as mais destacadas:

- a) obrigatoriedade de Educação Física no jardim de infância e nas escolas primárias e secundárias, como matéria de estudos em horas distintas das do recreio e depois das aulas;
- b) distinção entre os exercícios físicos para os alunos (ginástica sueca) e para as alunas (calistenia);
- c) prática de exercícios físicos pelo menos quatro vezes por semana, durante 30 minutos, sem caráter acrobático;
- d) valorização do professor de Educação Física, dando-lhe paridade, em direitos e vencimentos, categoria e autoridade, aos demais professores;
- e) contratação de professores de Educação Física, de competência reconhecida, na Suécia, Saxônia e Suíça;
- f) instituição de um curso de emergência em cada escola normal para habilitar os professores atuais de primeiras letras ao ensino da ginástica.

A influência da imigração fomentada pela abolição dos escravos e a proclamação da república foram fatos decisivos em relação a uma preocupação com a educação física. Em 1894, veio o futebol importado da Inglaterra e vários outros esportes foram introduzidos no Brasil; a natação em 1896; o basquete em 1896; etc. A Educação brasileira nessa época vinculava-se ao Ministério da Instrução pública e telégrafos.

No final da década de 30, surge a Escola Nacional de Educação Física integrada na universidade do Brasil, seu corpo docente era composto por médicos e professores. Depois de integrar-se também no Ministério da Justiça a Educação Física passa a fazer parte do Ministério da Educação e Saúde.

No Brasil, por volta de 1970 houve o processo de cientificação da Educação Física com a ciência da motricidade humana, área da aprendizagem motora. Dárido (2003, p.24), enfatiza que na área da aprendizagem motora, a aplicação dos conhecimentos pode ocorrer em esporte de alto nível, jogos, terapias físicas corporais e até em indústrias. O conhecimento já produzido no

campo da motricidade humana mais específica na aprendizagem motora pode ser bastante útil para a prática pedagógica.

Em 1975, a televisão brasileira, estreou uma campanha chamada “mexa-se”, como investida de democratizar o esporte, implantou-se o esporte para todos.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA SÍNDROME DE DOWN

O termo “síndrome” refere-se a um conjunto de sinais e sintomas e “Down” designa o sobrenome do médico e pesquisador inglês, **John Langdon Down**, que descreveu um grupo distinto de portadores de um comprometimento intelectual, registrando o fato ao caracterizar detalhes fenotípicos clássicos de uma síndrome então considerada como mongolismo, pelo fato da criança parecer-se com os mongóis.

A síndrome de Down é uma anomalia genética causada pela presença de um cromossomo 21, denomina-se Trissomia 21 (a criança com essa trissomia possui 47 cromossomos ao invés de ter 46, o extra é conectado ao par 21). Essa desordem genética causa características idênticas e marcantes aos seus portadores. Segundo os estudos, não sabe-se ainda a causa dessas anomalias do cromossomo 21, mas apontam que mulheres acima de 35 anos de qualquer nacionalidade e etnia podem sofrer estas alterações no feto e virem a ter um filho com a Síndrome de Down.

“A determinação etiológica da Síndrome de Down foi realizada a partir da padronização do estudo em citogenética humana que possibilitou por sua vez Jerome Lejeune a perceber que os portadores do até então conhecido como Mongolismo, ao invés de possuírem 46 cromossomos agrupados em 23 pares, tinham 47 cromossomos, identificando o cromossomo extra como cromossomo do par 21”. (MUSTACCHI, 2000 p.823).

Conforme a Fundação Síndrome de Down: Não se conhece com precisão os mecanismos da disfunção que causa a Síndrome de Down, mas está demonstrado cientificamente que acontece igualmente em qualquer raça, sem nenhuma relação com o nível cultural, social, ambiental, econômico, etc.

GANDUM (2007, pag. 32), descreve as características mais comuns das pessoas com a referida síndrome:

As características mais comuns descritas pela literatura em pessoas com Síndrome de Down são: a face achatada, baixa estatura, a existência de uma prega típica no canto dos olhos, cabelos lisos, dentição irregular, obesidade. Porém, essas características são inconstantes, pois convivemos com sindrômicos negros, altos, que têm os cabelos enrolados, são magros, enfim não há uma regra; cada sujeito precisa ser visto como único.

Para Castro e Pimentel (2009, p.304), as crianças com Síndrome de Down apesar de possuírem características semelhantes elas se diferenciam em aspectos gerais do desenvolvimento como: linguagem, motricidade, socialização e habilidades da vida diária. Geralmente apresentam crescimento físico mais lento; possuem uma tendência maior para o aumento de peso; o seu desenvolvimento motor atrasa porque possuem menor tonicidade muscular nos primeiros meses de vida e atraso no desenvolvimento mental.

Cooley, Graham (1991) Apud Moreira *et al* (2000, p. 2) ressalta que além do atraso no desenvolvimento, outros problemas de saúde podem ocorrer: cardiopatia congênita (40%); hipotonia (100%); problemas de audição (50 a 70%); de visão (15 a 50%); alterações na coluna cervical (1 a 10%); distúrbios da tireoide (15%); problemas neurológicos (5 a 10%); obesidade e envelhecimento precoce.

Silva (2009, p.10551), afirma que no aspecto cognitivo, a deficiência mental tem sido uma das maiores características da Síndrome de Down, comprometendo com isso todas as áreas do desenvolvimento da criança. Apresentando desde o nascimento reações mais lentas do que de uma criança normal. O desenvolvimento cognitivo processa mais lentamente, sendo que a aquisição tardia de uma habilidade compromete a aquisição de outras que dependem desta.

Uma das anomalias cromossômicas mais frequentes encontradas é a Síndrome de Down. Para o Dr. ZanMustacchi, esclarecer aos pais que seu filho não é “normal” não é uma tarefa fácil, porém indispensáveis que os profissionais de saúde estejam capacitados técnica e emocionalmente para suavizar o choque inicial e serem contundentes da angústia vivenciada pelos pais no momento do diagnóstico.

A síndrome de Down é uma das anomalias cromossômicas mais frequentes encontradas e um dos momentos mais importantes no processo de adaptação da família que tem uma criança com síndrome de Down é aquele em que o diagnóstico é comunicado aos pais, pois esse momento pode ter grande influência em sua reação posterior. A própria dinâmica da situação, em que estão envolvidos fatores emocionais dos pais e do médico, não permite que seja traçado um esquema rígido de conduta para o atendimento dos pais no momento de transmitir o diagnóstico. (MUSTACCHI, 2000 p.881, 882).

Após o diagnóstico afirmar que a criança tem a Síndrome de Down, o choque é inevitável, e muito corrente que após o nascimento, os pais abalados com a realidade até então desconhecida, apresentarem vários problemas emocionais e até mesmo entrar em crise, surgindo sentimentos como: culpa, medo, tristeza e inclusive rejeição ao bebê.

Para que os pais consigam encarar a deficiência de seus filhos de forma clara, devem ser bem orientados pelos médicos, pois a ajuda dos profissionais da saúde é fundamental para que os pais possam entender e aceitar a Síndrome, pois este é o primeiro passo para que a criança seja aceita por ela e pela sociedade. De acordo com Ferreira *et al* (2012 p.5) “quando os

pais são bem orientados, estimulados e conscientes o desenvolvimento da criança é satisfatório, porém quando isso não acontece até mesmo a criança é desestimulada a se desenvolver”.

2.3 A LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Conforme Mendes (2010 p.99), a Lei 4.024 de Diretrizes e Bases, promulgada em 20 de dezembro de 1961, criou o Conselho Federal de Educação, e nela apareceu a expressão “educação de excepcionais” contemplada em dois artigos (88 e 89). A promulgação desta Lei foi o marco inicial na área de educação especial.

A primeira Lei de Diretrizes de Base foi criada em 1961, seguida por uma versão em 1971, por ter sido considerada obsoleta, com a promulgação da Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes de base (4024/61) foi reformulada e substituída pela Lei (9394/96) que foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 20 de Dezembro de 1996, esta Lei baseia-se no princípio do direito universal à educação para todos.

A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 208 e 227 já demandava a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VII - § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

Art. 227:

II - § 1º- II. Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

§ 2º. A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Em 1994, a Espanha em parceria com a UNESCO realizou na cidade de Salamanca uma Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais em que resultou no documento das Nações Unidas “Regras e Padrões sobre a Igualização de Oportunidades para pessoas especiais”, onde demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional.

Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.

1. Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossemos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados.

2. Acreditamos e Proclamamos que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementado no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

2. Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles:

- atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.
- adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.
- desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva.
- estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais.
- encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomadas de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais.

- invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva.

- garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas.

4. Nós também congregamos a comunidade internacional; em particular, nós congregamos: - governos com programas de cooperação internacional, agências financiadoras internacionais, especialmente as responsáveis pela Conferência Mundial em Educação para Todos, UNESCO, UNICEF, UNDP e o Banco Mundial:

- a endossar a perspectiva de escolarização inclusiva e apoiar o desenvolvimento da educação especial como parte integrante de todos os programas educacionais;

- As Nações Unidas e suas agências especializadas, em particular a ILO, WHO, UNESCO e UNICEF:

- a reforçar seus estímulos de cooperação técnica, bem como reforçar suas cooperações e redes de trabalho para um apoio mais eficaz à já expandida e integrada provisão em educação especial;

- organizações não-governamentais envolvidas na programação e entrega de serviço nos países;

- a reforçar sua colaboração com as entidades oficiais nacionais e intensificar o envolvimento crescente delas no planejamento, implementação e avaliação de provisão em educação especial que seja inclusiva;

- UNESCO, enquanto a agência educacional das Nações Unidas;

- a assegurar que educação especial faça parte de toda discussão que lide com educação para todos em vários foros;

- a mobilizar o apoio de organizações dos profissionais de ensino em questões relativas ao aprimoramento do treinamento de professores no que diz respeito a necessidades educacionais especiais.

- a estimular a comunidade acadêmica no sentido de fortalecer pesquisa, redes de trabalho e o estabelecimento de centros regionais de informação e documentação e da mesma forma, a servir de exemplo em tais atividades e na disseminação dos resultados específicos e dos progressos alcançados em cada país no sentido de realizar o que almeja a presente Declaração.

- a mobilizar FUNDOS através da criação (dentro de seu próximo Planejamento em Médio Prazo. 1996-2000) de um programa extensivo de escolas inclusivas e programas de apoio comunitário, que permitiriam o lançamento de projetos-piloto que demonstrassem novas formas de disseminação e o desenvolvimento de indicadores de necessidade e de provisão de educação especial.

5. Por último, expressamos nosso caloroso reconhecimento ao governo da Espanha e à UNESCO pela organização da Conferência e demandamos-lhes realizarem todos os esforços no sentido de trazer esta Declaração e sua relativa Estrutura de Ação da comunidade mundial. Adotada por aclamação na cidade de Salamanca, Espanha, neste décimo dia de junho de 1994.

De acordo com Brasil (2001 p.12), o Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional para todos, firmada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca (1994) na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade. Reformulando com isso a Lei de Diretrizes de base (4024\61) que foi substituída pela Lei (9394\96)

Conforme Brasil (1996 p.02), a Lei (9.394/96) Lei de Diretrizes de Base da Educação estabelece no seu Art.4º, III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

No seu Art. 58 a Lei (9.394/96) define a educação especial como sendo “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Brasil (2001, p 12).

Art.58

§1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais.

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para superdotados;

III - professores com educação adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, revisando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inclusão no trabalho competitivo, mediante articulação com órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual e psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

A educação inclusiva deriva do direito que todos têm de frequentar uma escola pública e de qualidade, e ter suas necessidades específicas de aprendizagem atendidas pela instituição, pautando-se do princípio da não discriminação e da igualdade de oportunidade. “Falar sobre educação especial/inclusiva atualmente é dialogar com uma sociedade que se prepara para enfrentar paradigmas quanto à questão da diferença, não se tratando apenas dos fatores físicos ou psíquicas mais colocando a própria formação da identidade sobre questionamento, caracterizando e exemplificando no meio o conceito da diversidade” (AURELINO; SANTOS, 2011 p.02).

2.4 A EDUCAÇÃO FÍSICA NO AMBITO ESCOLAR

As maiores habilidades motoras fundamentais do desenvolvimento, são aquelas adquiridas na infância. Segundo o Conselho Federal de Educação entende-se a Educação Física Escolar como uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, capacitando-o para usufruir os jogos, os esportes, as danças, as lutas e as ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida.

“Conseqüentemente faz-se importante, por parte do Professor, a busca por Práticas Pedagógicas Adaptadas que permitam explorar todo o potencial desses alunos, independentemente de suas limitações” (ARAÚJO, 2012 p.13-34). “a Educação Física Adaptada para portadores de deficiência é um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus educandos” (CIDADE E FREITAS, 2002 p.02).

É importante que o professor tenha os conhecimentos básicos relativos ao seu aluno como: tipo de deficiência, idade em que apareceu a deficiência, se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, as funções e estruturas que estão prejudicadas. Implica, também, que esse educador conheça os diferentes aspectos do desenvolvimento humano: biológico (físicos, sensoriais, neurológicos); cognitivo; motor; interação social e afetivo-emocional (CIDADE e FREITAS, 1997) Apud (CIDADE e FREITAS, 2002 p. 2).

No Estudo de Caso feito por (Araújo, 2012 p.13-34), em uma escola regular de Salvador o autor pode “perceber a dedicação e o prazer dos Professores, não só em trabalhar para esse público, mas, principalmente, em se superarem ao buscar meios alternativos e adaptações para que todos os alunos sejam contemplados com os conteúdos da Educação Física sejam eles Portadores de Necessidades Especiais ou não”.

“Uma disciplina que verse sobre a Educação Física Adaptada deve fornecer subsídios para que o futuro profissional conheça conceitos, procedimentos e atitudes necessários à atuação com pessoas com

deficiência, com as quais provavelmente terá contato em algum momento de sua carreira” (REID, 2000) Apud, (FERREIRA *et al*, 2013, p.584).

“A Educação Física na escola se constitui em uma grande área de adaptação ao permitir, a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizados e se integrem num mesmo mundo” “O Programa de Educação Física quando adaptada ao aluno portador de deficiência, possibilita ao mesmo a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação” (CIDADE E FREITAS, 2002 p.2).

2.5 O PAPEL DA ESCOLA NA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Um dos desafios do sistema brasileiro de educação é obter a educação que contemple a diversidade da condição humana. “A inclusão escolar vem denunciando a distância entre o ideal, proclamado e garantido legalmente para uma educação de qualidade para todos, e o real que são as condições atuais do sistema escolar”. (SILVA, 2009 p.10578).

A Escola Inclusiva considera as necessidades de todos os alunos, adaptando sua estrutura atendendo seus alunos deficientes nos seus diferentes níveis de ensino. Incluindo as crianças no convívio social e trabalhando as suas diferenças. “Toda criança deve ser incluída na sociedade desde que ela nasce. Ela precisa primeiro ser genuinamente inserida na sua família, senão fica muito difícil pensar em inclusão escolar e social. ” (FUNDAÇÃO SINDROME DE DOWN).

“Dentre as esferas nas quais se promovem discussões sobre a inclusão de pessoas que no âmbito das necessidades especiais apresentam algum tipo de deficiência – seja ela física, mental, sensorial ou múltipla – encontra-se a escola” (CRUZ, 2005 p.31), onde o professor é uma das peças fundamentais para o sucesso ou não da inclusão.

No contexto escolar, as perspectivas recaem na prática inclusiva em sala de aula, sendo que está nas mãos dos profissionais da educação o compromisso da sua efetivação. O professor é desafiado continuamente a responder às novas e crescentes expectativas projetadas sobre ele, muito mais depois da implantação do modelo de inclusão. Supõe-se assim, que a peça principal para o processo da educação inclusiva seja o professor. (SILVA, 2009 p.10579)

No âmbito escolar, "pressupõe, conceitualmente, que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente" (EDLER CARVALHO, 1998, p.170). Apud (GENÉSIO, 2010 p.14).

Fonseca (1995, p. 202) Apud Guimarães (2013, p.10), afirma que “a escola terá de adaptar-se a todas as crianças, ou melhor, à variedade humana”. E ainda, “é falso e displicente supor que as crianças deficientes não dispõem da capacidade de aprendizagem. Nelas a disposição é outra, mais lenta e diferente, mas isso não quer dizer que tal condição seja extinta ou ausente”.

Em um estudo de caso feito com Professores da rede de Ensino Público da Secretaria de Estado e Educação das Regiões Administrativas das cidades de Santa Maria, Recanto das Emas e Gama, com intuito de saber quais as atitudes dos professores de educação física com relação ao processo de inclusão e sobre a capacitação dos mesmos. Neste estudo concluiu-se que “os professores dizem não serem especializados, mas dizem estarem capacitados para atuarem com alunos portadores da Síndrome de Down, sendo esse já um grande avanço, sabendo que muitos professores de Educação Física e hoje atuantes nas escolas não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes a Educação Física Adaptada ou a Inclusão”. (GENÉSIO, 2010 p.14).

2.6 A IMPORTANCIA DAS ATIVIDADES FISICA PARA CRIANÇAS COM SINDROME DE DOWN.

É importante apresentar a prática das atividades físicas logo na infância, pois nessa fase as crianças estão em fase de desenvolvimento dos ossos, músculos e articulações e além da ação benéfica no desenvolvimento intelectual, motor, social e afetivo, auxilio na correção de postura, na faixa de peso, melhora o sistema cardiovascular e é uma grande aliada para melhorar a autoestima, aprender habilidades novas e também ajuda melhorar a concentração durante as aulas.

A educação Física é muito importante no processo da Inclusão Social para pessoas com Síndrome de Down, e um dos maiores desafios para os profissionais da Educação Física é facilitar o envolvimento de todas as pessoas. As crianças com Síndrome de Down respondem positivamente aos programas de atividade motora envolvendo desde a sua aptidão física e saúde, até a própria qualidade da execução motora.

As pessoas que sofrem o acidente genético síndrome de Down possuem amplas capacidades de desenvolvimento, porém, em geral, as capacidades são inferiores em relação às pessoas que não possuem necessidades especiais. Por isso, desde crianças, as pessoas com Down necessitam de uma atenção maior quanto ao desenvolvimento psicomotor, cognitivo, da linguagem e da fisiologia ampla. (SANTOS; LAMBORGUINI; LIMA, 2007, p.17).

Para Guimarães (2013 p.10), as atividades propostas nas aulas de Educação física devem sempre contribuir para que o aluno tenha um melhor aproveitamento das tarefas, seu desenvolvimento depende muito disso. É

importante que haja uma aproximação da criança, estabelecendo uma relação de confiança com o professor e principalmente com os colegas de classe. As habilidades e/ou dificuldades variam entre cada criança com Down, para Lopes (2009, p.28), “programas individuais devem ser considerados. Nestes programas enfatizam-se as possibilidades de aprendizagem de cada criança e a motivação necessária para o desenvolvimento das mesmas”.

Estudo feito por Lopes (2009, p.3-27), sobre a Prática de Actividade Física para crianças com Síndrome de Down no E.B.I. Na Praia Urbana, Cabo Verde em 2009. Aponta que a prática regular de Atividade Física, é um fator de proteção contra os processos degenerativos do organismo, atuando como um agente promotor de saúde das crianças com Síndrome de Down. Através da atividade física o professor pode de uma forma harmônica e lúdica desenvolver e aumentar o repertório motor, a integração e a sociabilização da criança/ aluno Down. O autor conclui que a atividade física para crianças Down deve enfatizar os aspectos do desenvolvimento do equilíbrio, da estrutura do esquema corporal, da orientação espacial, do ritmo, da sensibilidade e dos exercícios respiratórios. Embora o discurso dos profissionais que atuam nas escolas aponte para a inclusão das crianças com Down no processo de ensino/aprendizagem, estes não se encontram devidamente preparados para trabalhar com tais crianças. Por isso sugerimos que haja uma intervenção dos órgãos competentes quer no processo da preparação dos professores quer na reformulação dos currículos.

Podemos perceber que a pessoa que tem a Síndrome de Down enfrenta algumas barreiras ao longo de sua vida, barreiras estas que podem ser vencidas, com muita força de vontade e principalmente, com o apoio da família, que é o mais importante. Para que isso aconteça deve se intensificar o convívio e interação com eles, através de atividades simples como atividade física, que é muito importante no seu processo de inclusão social.

CARVALHO (2007, p.27) aponta que a barreira atitudinal é pior do que a barreira física:

Mas pior do que essas barreiras físicas é a barreira atitudinal, seja pela declarada e evidente rejeição à deficiência e ao deficiente, seja pela sua manifestação de tolerância. Esta é mais aceita socialmente, mas não é a garantia de que haja o verdadeiro desejo de aproximação e de trocas com outro “diferente”, estabelecendo-se com ele relações de reciprocidade, justas e harmônicas.

3. CONSIDERAÇÕES

“As crianças devem ser incluídas na sociedade logo após o seu nascimento, primeira genuinamente inserindo-as na sua família, senão fica muito difícil efetivar a inclusão social e por consequente a inclusão escolar. ” Essa inclusão deriva do direito que todos têm de frequentar uma escola pública e de qualidade, e ter suas necessidades específicas de aprendizagem

atendidas pela instituição, pautando-se do princípio da não discriminação e da igualdade de oportunidade. Sendo a Educação Física uma das disciplinas de grande relevância numa perspectiva inclusiva, ressalta-se que a sua prática é um dos maiores desafios para os profissionais da Educação Física, pois facilitar o envolvimento de todas as crianças, incluindo quem tem a Síndrome de Down é uma tarefa árdua, embora que portadores da síndrome respondem positivamente aos programas de atividade motora envolvendo desde a sua aptidão física e saúde, até a própria qualidade da execução motora. Mas para que a promoção da prática pedagógica adaptada às diferenças individuais dentro das escolas de ensino regular seja constante, são necessários métodos, procedimentos pedagógicos, materiais e equipamentos adaptados.

A realidade que vivencia-se na Educação Física brasileira, é lamentável, enquanto muitos alunos correm pela quadra, jogam, saltam, divertindo-se espontaneamente, existem aqueles pelos cantos que deixam de beneficiar-se das atividades por não sentirem-se seguros ou por serem discriminados, um exemplo são as crianças com necessidades especiais que em grande parte ficam apenas observando os colegas ou são encaminhados para salas de “atendimento especial”. Para essa triste realidade ser mudada, precisa-se rever a escola na perspectiva inclusiva e esta assumir de fato seu real papel, que é o de fornecer uma educação inclusiva, sob o olhar holístico e em parceria com os professores, pais e comunidade cobrar das autoridades governamentais os recursos necessários para efetivá-la e fazer cumprir a legislação. Outro índice que percorre para exclusão nas aulas é sem dúvida a falta de capacitação dos educadores, para tanto os governantes precisam apoiar estes profissionais da educação, promovendo programas de especializações para a educação inclusiva. A pessoa com Síndrome de Down enfrenta inúmeras barreiras ao longo de sua vida e a promoção da Educação Física não contribui apenas para sua participação na sociedade, mas também para sua saúde, pois toda atividade física é fundamental para o corpo desenvolver a motricidade e faz um bem imensurável a todos que a praticam.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, Danilo Alves. EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA INCLUSIVA: Estudo de caso de uma escola regular em Salvador, Bahia, Brasil. **Revista Corpo, Movimento e Saúde**. ISSN 2238-300x, 2012.

AURELIANO, Francisca E. B. Soares; SANTOS, Maria do Socorro. ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Uma análise da perspectiva dos professores do ensino fundamental - **ESPAÇO DO CURRÍCULO**, v.4, n.2, pp.295-309, setembro de 2011 a março de 2012 - ISSN 1983-1579. <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica/ Secretaria de educação Especial**. MEC;SEESP, 2001. 79p.

_____. Ministério da Educação. **Lei 9394/96 Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional**. BRASIL; MEC, 1996.

_____. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Ed 35; Brasília 2012. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados Centro de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca <http://bd.camara.gov.br>

CARVALHO, Rosita Elder. **Removendo barreiras para aprendizagem – Educação Inclusiva**. Ed. Mediação, 7ª ed. Porto Alegre, 2007.

CASTRO, ASA.,and PIMENTEL, SC. Síndrome de down: desafios e perspectivas na inclusão escolar.In: DÍAZ, F., *et al.*, orgs. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 303-312. ISBN: 978-85-232-0928-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.]

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. **Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de deficiência**. Uberlândia, 1997.

_____. Educação Física e Inclusão: considerações para prática pedagógica na escola. **Revista Eletrônica Sobama**. 2002. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inclusao.pdf>>. Acesso em 05 abr. 2016.

CRUZ, Gilmar de Carvalho. **Formação continuada de professores de educação física em ambiente escolar inclusivo**. Tese - Campinas, SP: [s.n], 2005. C889f

DARIDO, Silvana Cristina. **Educação Física na Escola. Questões e Reflexões**. Ed. Guanabara Kogan, 2003.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca- Espanha, 1994. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

FERREIRA, Marinalva Borges; PEREIRA, Isabel; SOUZA, Josiele P. Silva. Inclusão do Portador de Síndrome de Down na Família. VII Encontro de Produção Científica e Tecnologia-ETPC-**Ética na Pesquisa Científica**. 22 a 26 de Outubro de 2012.

FUNDAÇÃO síndrome de Down. **O que é Síndrome de Down**. Disponível em: <http://www.fsdn.org.br/sobre-a-sindrome-de-down/o-que-e-sindrome-de-down/> Acessado em 23 de outubro de 2016.

GENÉSIO, Álefe de Oliveira. **Atuação dos Professores no Processo de Inclusão dos Alunos Portadores da Síndrome de Down nas Aulas de Educação Física**. Brasília, 2010

GUNDIM, Shirley Macedo. **A Inclusão de alunos com Síndrome de Down em uma escola de Goiânia.** Goiânia 2007.

GUIMARÃES, Daniella Crystina; SILVA, Geraldo Ramos; ROCHA, Edson Leonel. Síndrome de Down: Uma inclusão possível nas aulas de Educação física. EFDeportes.com, **Revista digital.** Buenos Aires, Año 18, nº.187, Diciembre de 2013. <http://www.efdeportes.com/>

LOPES, Andylea P. Correia. **Actividade Física e Síndrome de Down- A Prática de Actividade física para Crianças com Síndrome de Down no E.B.I. na Praia Urbana.**Cabo Verde, 2009.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil 93 **Revista Educación y Pedagogía**, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010. História de laeducación de anormales y de laeducación especial enIberoamérica. CNPq.

MOREIRA, Lilia MA; EL-HANI, Chorbel N.; GUSMÃO, Fabio AF. A Síndrome de Down e sua patogênese: consideração sobre o determinismo genético. **Rev. Bras. Psiquiatr:** Vol-22 N.2 São Paulo. June 2000.

MUSTACCHI, Síndrome de Down. In: MUSTACCI, Z.; PERES,S. (org.). **Genética baseada em evidências – síndromes e heranças.** São Paulo: CID editora, 2000. P. 817-894.

OLIVEIRA, Victor Marinho. **O que é Educação Física** – São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004. (coleção primeiros passos; 79).

SANTOS, Dalmo Alberto; LAMBORGUINI, Dalva Barbino; LIMA, Élson Neves: **Benefícios da Educação Física para Alunos com Síndrome de Down da Associação Pestalozzi de Ouro Preto do Oeste/RO** .JI Paraná, Rondônia/2007.<http://educacaointegral.org.br/glossario/educacao-inclusiva-2/> acessado em 29/10/2016.

SILVA, Brígida K. L. Nogueira. Inclusão Escolar de Uma Criança com Síndrome de Down. IX Congresso Nacional de educação – **EDVCERE.** III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia 26 a 29 de outubro de 2009- PUCPR.